

Aprender e transformar com a economia feminista:

Formação sobre economia feminista —

Caderno da participante



Aprender e transformar com a economia feminista: Formação sobre economia feminista — Caderno da participante

SOF Sempre Viva Organização Feminista | São Paulo, 2026

Redação: Helena Zelic, Maria Fernanda Marcelino, Natália Blanco, Renata Reis, Sonia Coelho e Tica Moreno

Coordenação editorial: Helena Zelic, Miriam Nobre e Renata Reis

Edição e revisão textual: Luísa Caron

Projeto gráfico e diagramação: Heleni Andrade

Ilustrações: Biba Rigo

Impressão: 1.000 exemplares

Apoio: Ministério das Mulheres

ISBN: 978-65-87591-22-3

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade da SOF, não refletindo necessariamente a opinião de outras instituições envolvidas.

Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons — Atribuição — Uso Não Comercial — Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Brasil. Isso quer dizer que você pode copiar, distribuir, transmitir e reorganizar este caderno, ou parte dele, desde que cite a fonte, não ganhe dinheiro com isso e distribua sua obra derivada sob a mesma licença.

sof.org.br | sof@sof.org.br | (11) 3819-3876
Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros, São Paulo/SP



Esta cartilha compõe os materiais do projeto contemplado pelo Fomento nº 954083/2023 do Ministério das Mulheres.

Sumário

Boas-vindas!	5
Economia feminista	7
Por que falar de economia?	7
História da economia feminista	7
Conhecimento situado: de onde falamos importa	8
A exclusão das mulheres da teoria econômica	9
Ampliar as fronteiras da economia	9
Produção, reprodução e sustentabilidade da vida	10
O conflito do capital contra a vida	11
O tempo e o trabalho das mulheres	12
Um exercício para começar	12
Divisão sexual e racial do trabalho	12
Trabalho doméstico e de cuidado	13
Os tempos das mulheres	14
Caminhos para seguir	15
Economia feminista na agenda política: a construção de lutas para enfrentar o conflito capital-vida	16
As bases da nossa resistência	16
O conflito entre o capital e a vida se agudiza	18
A centralidade do trabalho na garantia das condições de vida	18
A cooptação dos discursos de luta	19
Tecnologia como campo de disputa	19
Caminhos para seguir	20
Agroecologia e economia solidária	21
O que é agroecologia?	21
Agroecologia e feminismo	22
O que é economia solidária?	24
Mulheres na economia solidária	25
Estado e políticas públicas	27
O Estado que conhecemos	27
Neoliberalismo e privatização da vida	27
Estado, mercado e família	28
Lutas por políticas públicas	29
Alianças público-comunitárias	30
Caminhos para seguir	31



R. J. L.

Boas-vindas!

Este caderno é fruto de um processo permanente de formação feminista. Esse processo se alimenta dos princípios da educação popular e da ideia de que se formar politicamente não pode andar separado da luta. A formação acontece junto com as práticas cotidianas de resistência, organização e criação de alternativas para mudar o mundo e a vida das mulheres.

Este caderno nasce de reflexões, práticas e acúmulos elaborados por militantes organizadas na Marcha Mundial das Mulheres e em outros movimentos populares, sindicatos, associações, coletivos e territórios. De modo a contribuir para a criação de novas elaborações, acreditamos que a circulação e os debates dos conteúdos deste caderno também devem ser coletivos. Por isso, este material foi criado para circular em grupos, cursos, rodas de conversa e encontros, para fortalecer a auto-organização das mulheres e alimentar a construção do feminismo nas ruas, redes e roçados.

A formação política com base na educação popular feminista não se reduz apenas à transmissão de conteúdos. Ela tem o objetivo de ampliar a consciência crítica e mobilizar a criatividade coletiva para interpretar a realidade e fortalecer sujeitos políticos capazes de transformá-la. Nosso ponto de partida é o cotidiano de grande parte das mulheres: o trabalho que nunca acaba, o cuidado com as pessoas e com a natureza, a comida que precisa ser preparada, o ônibus lotado, a fila na Unidade Básica de Saúde (UBS), a renda que não dá conta, as situações de violência. Mas partimos também das estratégias cotidianas para sustentar a vida e das resistências que construímos com articulação e criatividade coletivas.

Este caderno apresentará assuntos que consideramos fundamentais na formação política feminista. Todos eles são tratados a partir da perspectiva da economia feminista, uma aposta política que coloca a sustentabilidade da vida no centro das preocupações da sociedade. Para nós, a economia não pode ser entendida como um assunto de especialistas. Ela está em toda parte onde a vida é feita. E é por meio dela que propomos algumas discussões sobre o conflito entre o capital e a vida; a divisão sexual e racial do trabalho; alternativas feministas, como a agroecologia e a economia solidária; o Estado e as políticas públicas.

Os conteúdos deste caderno não foram elaborados para oferecer respostas prontas, mas para ajudar a nomear o que vivemos, aprofundar debates e criar condições para novas conversas, novas perguntas e novas práticas. Este caderno é um material de estudo e ação para as participantes: para ler, grifar e comentar juntas. Ele acompanha o Caderno da Multiplicadora, voltado a quem facilita processos de formação. Essa combinação pretende contribuir para colocar em movimento as reflexões sobre a sociedade e a vida das mulheres.

Num tempo em que o mercado se apropria de discursos feministas para esvaziar sua radicalidade e vender saídas individualistas, fortalecer a educação feminista popular é também defender o sentido coletivo da luta.

As Semprevivas



Economia feminista

Por que falar de economia?

Quando ouvimos a palavra “economia”, muitas vezes pensamos em algo distante: números, gráficos, análises de especialistas. Mas a economia está na nossa vida todos os dias. Está no cuidado com as crianças e com quem está doente, na faxina, na costura, no preparo do alimento. A economia precisa ser um assunto de todo mundo, porque ela é feita de todos esses trabalhos — remunerados ou não, visíveis ou invisibilizados — que garantem que a vida continue, dia após dia.

A **economia feminista** parte dessa compreensão. Ela nasce das experiências das mulheres e mostra que a economia não pode se pautar pelo lucro das grandes empresas. A economia feminista **coloca a vida no centro** e é, ao mesmo tempo, uma forma de entender o mundo e uma ferramenta de transformação radical da sociedade. A economista chilena Cristina Carrasco diz que **a economia feminista busca entender o mundo para transformá-lo**. E quando lutamos para transformar o mundo, também construímos novas formas de compreendê-lo. Nesse sentido, a economia feminista é um **campo do conhecimento em que convergem teoria, ação e prática política**.

História da economia feminista

A economia feminista tem raízes nos debates do movimento feminista dos anos 1970, quando mulheres de diferentes países começaram a questionar por que o trabalho doméstico não era reconhecido como trabalho. Pensadoras como Silvia Federici, da Itália, e Christine Delphy, da França, foram pioneiras nessa discussão.

Nos anos 1990, a economia feminista se consolidou como campo do pensamento sobre economia no âmbito acadêmico. Na América Latina, ela ganhou força conectando a universidade aos movimentos sociais. A Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia (Remte) foi uma referência importante nesse caminho, especialmente durante as lutas contra os acordos de livre comércio e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

No Brasil, as primeiras publicações sobre economia feminista datam do início dos anos 2000, e integram os Cadernos Sempre Viva da SOF Sempre Viva Organização Feminista, reunindo traduções de autoras estrangeiras e elaborações de mulheres brasileiras. A formação da Rede Economia

e Feminismo (REF) também foi importante, assim como as lutas impulsionadas pela Marcha Mundial das Mulheres (MMM), o GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), entre outras organizações. Há, no Brasil, uma produção expressiva sobre o trabalho das mulheres rurais, que, desde os anos 1970, questiona a invisibilidade desse trabalho e busca instrumentos para medi-lo e valorizá-lo.

Conhecimento situado: de onde falamos importa

O conhecimento não se produz separado da realidade. As perguntas que fazemos, os métodos que usamos para respondê-las, tudo isso depende dos pontos de partida e dos interesses envolvidos. As feministas questionam a suposta neutralidade do conhecimento em geral, e isso inclui a economia. É a partir da economia que se ancoram teorias que consideram a experiência dos homens como se ela fosse universal. Chamamos isso de **androcentrismo**.

Androcentrismo é quando a experiência dos homens é tratada como se fosse a experiência de todo mundo. Na economia, isso significa que o trabalho doméstico e de cuidado — feito majoritariamente pelas mulheres — é desconsiderado como assunto relevante pela teoria econômica.

O pensamento dominante no Ocidente foi construído a partir de um sujeito tido como universal: o homem branco, burguês, urbano, cisgênero e heterossexual. Tudo o que escapa desse padrão é tratado como “o outro”. Essa lógica cria separações rígidas — como veremos mais abaixo, entre público e privado, produção e reprodução, razão e emoção — que servem para valorizar os espaços dos dominantes e invisibilizar os espaços dos grupos dominados. Esses mecanismos são usados para a opressão de classe, raça e gênero, que são inseparáveis na experiência concreta das pessoas.

A economia feminista assume, portanto, que é um **conhecimento situado**, porque parte das experiências das mulheres para propor análises, metodologias e políticas.

Contra o pensamento focado na experiência dos homens, a epistemologia feminista legitima a experiência social das mulheres e relaciona a compreensão do mundo com sua transformação. Algumas referências para saber mais sobre epistemologias feministas são:

- *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*, de Patricia Hill Collins
- *Hacia una crítica de la razón patriarcal*, de Celia Amorós
- *Patriarcado e acumulação em escala mundial*, de Maria Mies
- *Por um feminismo afro-latino-americano*, de Lélia Gonzalez
- *The science question in feminism*, de Sandra Harding

Não existe apenas uma perspectiva dentro da economia feminista. Podemos identificar duas grandes tendências: uma que busca incluir as mulheres dentro dos conceitos já existentes da economia convencional, e outra — chamada de **economia feminista da ruptura** — que propõe romper com esses

conceitos e **deslocar o foco do debate econômico na produção do lucro para colocar o foco na sustentabilidade da vida**. É nessa segunda perspectiva que nos situamos.

A exclusão das mulheres da teoria econômica

As economistas feministas denunciam que as mulheres foram excluídas da economia de duas formas. Primeiro, como **produtoras de conhecimento** e, segundo, como **objeto de estudo**. As atividades realizadas pelas mulheres, especialmente relativas ao trabalho doméstico e de cuidado, foram excluídas do que a economia tradicional considera relevante. Ao limitar a economia à esfera chamada de “produção”, a teoria dominante apresenta um retrato incompleto e distorcido da realidade, porque todos os trabalhos feitos na sociedade dependem da realização do trabalho doméstico e de cuidados para acontecer.

A partir dessa crítica, a economia feminista desenvolveu propostas que ampliam o que entendemos por economia. Valorizar para dar visibilidade ao trabalho doméstico e de cuidado e aos seus nexos com a produção é o que permite sustentar a vida em todas as suas dimensões. Essa é uma questão central para poder reorganizar esse trabalho: se tudo depende dele para acontecer, as mulheres não podem ser as únicas responsabilizadas por essas tarefas.

Ampliar as fronteiras da economia

Cristina Carrasco e Enric Tello propõem que a vida se sustenta por meio de cinco elos interligados. A **natureza** é o primeiro: a base material de toda a existência, transformada por mediações sociais e culturais. O segundo é o **espaço doméstico**, onde se realiza o trabalho cotidiano que produz a vida, feito principalmente pelas mulheres. O terceiro são as **comunidades**: relações de vizinhança, coletivos e redes que constroem outros laços, baseados em valores de bem comum. O quarto é o **Estado**, cujas normas e políticas afetam diretamente as condições de vida. E o quinto são os **mercados**, espaços de produção de bens e serviços mediados por dinheiro — que, no capitalismo, se expandiram a ponto de subordinar a vida à lógica do lucro.

Uma imagem muito usada pela economia feminista é a do iceberg, adaptada por companheiras do movimento agroecológico no Brasil para uma árvore. A parte visível representa o que a economia dominante enxerga. A parte subterrânea representa tudo aquilo que sustenta a vida e é invisibilizado: o trabalho doméstico, os cuidados e a relação com a natureza.

A crítica feminista mostra que essa base não é apenas invisível, e sim **permanentemente invisibilizada**. Todo o trabalho que as mulheres fazem para sustentar a vida é tratado como um gesto de amor. Essa invisibilização é necessária para manter funcionando a máquina da acumulação capitalista,

racista e patriarcal. Sem essa base, não há acumulação possível, porque não há vida possível.

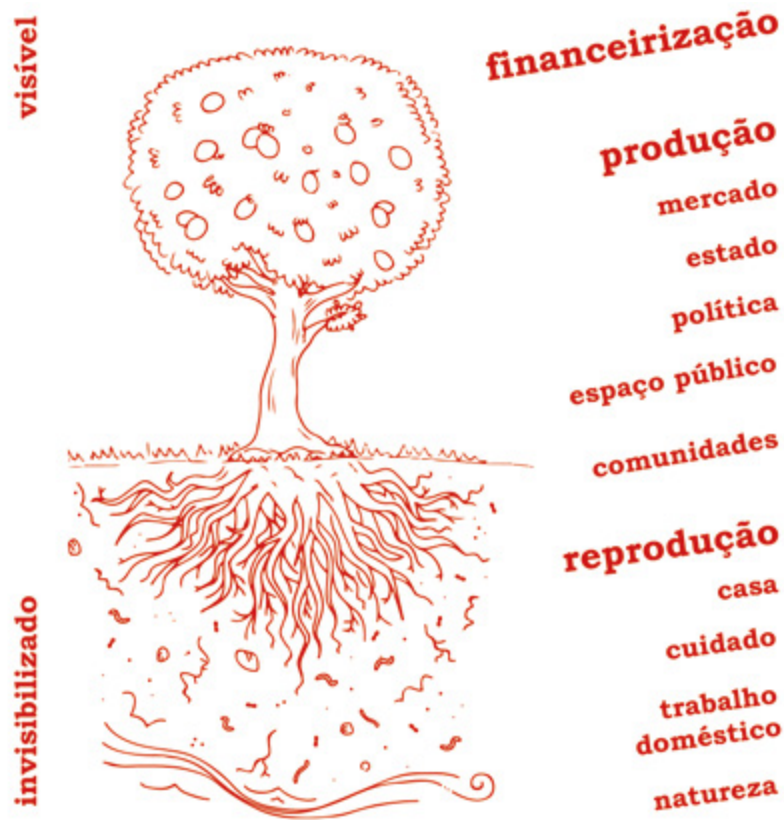


Ilustração: Helena Zelic

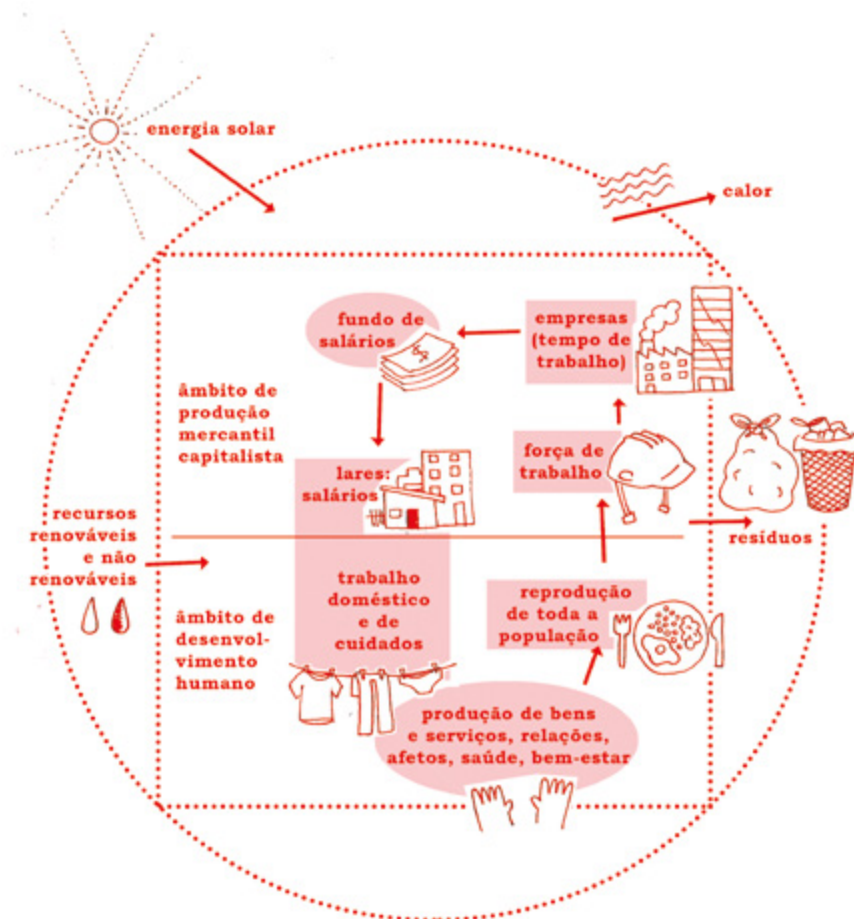
Ampliar as fronteiras da economia significa reconhecer que todas as mulheres contribuem para o seu funcionamento. Significa compreender que suas atividades, mesmo as não remuneradas, são economicamente fundamentais. Ou seja, que o trabalho doméstico e de cuidado é parte da economia.

Produção, reprodução e sustentabilidade da vida

A economista feminista italiana Antonella Picchio propõe que olhemos para a vinculação histórica entre o trabalho de reprodução — cozinhar, limpar, cuidar, educar — e o trabalho de produção. No capitalismo, esses dois processos foram separados entre os espaços públicos (por onde transitam os homens) e os espaços privados (onde as mulheres ficam confinadas). Além de separados, o vínculo entre esses processos foi ocultado. O resultado disso é que os custos da produção capitalista são transferidos para a esfera doméstica, sob responsabilidade das mulheres. A análise de Picchio revela a **dependência que o sistema capitalista tem da reprodução social**.

O gráfico acima organiza as propostas analíticas de Antonella Picchio e Cristina Carrasco sobre os processos necessários para garantir a sustentabilidade da vida.

Ilustração: Helena Zelic



Falar em **sustentabilidade da vida** é deslocar o eixo da análise econômica: o objetivo não é explicar o mercado e o lucro, mas sim compreender os processos e os trabalhos que tornam a vida possível. Essa proposta é um chamado à transformação da lógica que organiza a sociedade, **colocando a vida no centro – a humana e a não humana**.

Quando o foco das análises e das políticas passa a ser os processos que sustentam a vida, ficam evidentes as tensões sentidas no cotidiano de quem responde às exigências da vida vivida sob o capitalismo. A partir da ideia de sustentabilidade da vida, também podemos imaginar coletivamente formas de organizar a sociedade que nos fariam viver melhor.

O conflito do capital contra a vida

Quando olhamos para o conjunto desses processos a partir da experiência das mulheres, fica evidente um conflito profundo entre duas lógicas irreconciliáveis: a da **acumulação capitalista** e a da **sustentabilidade da vida**. Quem mais sente essa tensão são as mulheres, que garantem que a vida seja possível mesmo diante da pobreza e da violência impostas pelo capitalismo racista e patriarcal. A isso chamamos **conflito do capital contra a vida**, ou **conflito capital-vida**. A economia feminista se apresenta, assim, como ferramenta de luta para enfrentar esse conflito e transformar a sociedade.

“O questionamento ao paradigma patriarcal que desvaloriza e instrumentaliza a base material da vida, negando seu valor humano, permite romper o constrangimento mental e recuperar a liberdade de pensar o impen-sável. Percorrendo os caminhos abertos por esta liberdade, estamos em condições de detectar experiências materiais que, formando parte da vida cotidiana, têm capacidade transformadora.”
— Anna Bosch

O tempo e o trabalho das mulheres

Um exercício para começar

Pense nas 24 horas do seu dia. Quanto tempo você dedica ao trabalho remunerado? E ao trabalho doméstico e de cuidado? E às necessidades pessoais, ao descanso, à participação política? Se você somar tudo, provavelmente o seu tempo de trabalho ultrapassa as 24 horas diárias. Isso acontece porque as mulheres fazem várias atividades ao mesmo tempo: cozinham enquanto cuidam das crianças, respondem mensagens enquanto lavam roupa, estudam enquanto o feijão cozinha...

Agora faça esse mesmo exercício pensando na vida de um homem que você conhece bem. Será que ele também vive dias com mais de 24 horas? Será que ele dedica o mesmo tempo que você ao trabalho doméstico e de cuidado?

Esse exercício revela três questões centrais: a **divisão sexual e racial do trabalho**, o **trabalho doméstico e de cuidado** e as **diferentes lógicas dos tempos** que coexistem — muitas vezes em conflito — na vida das mulheres.

Esses debates são importantes para superarmos a separação entre produção e reprodução e entre público e privado, contribuindo para colocar a sustentabilidade da vida no centro. Para a economia feminista, o trabalho não se reduz ao emprego, e o trabalho pago e o trabalho doméstico e de cuidado, constantemente invisibilizado, são inseparáveis.

Divisão sexual e racial do trabalho

A **divisão sexual e racial do trabalho** é a forma como a sociedade organiza o trabalho, separando e hierarquizando as atividades de homens e mulheres. Dois princípios a organizam: separação (ou seja, existiriam trabalhos “de homem” e trabalhos “de mulher”) e hierarquização (o trabalho dos homens valeria mais que o das mulheres). Essa separação e hierarquia também existe entre pessoas negras e brancas, porque as relações de raça e classe também operam desigualdades entre as próprias mulheres: algumas podem delegar o trabalho doméstico para outras, muitas vezes mal remuneradas e sem direitos trabalhistas.

Essa divisão se manifesta em todas as esferas. Nos espaços chamados produtivos, as mulheres são maioria entre professoras e enfermeiras, e minoria entre engenheiros, por exemplo. Nos espaços domésticos, são elas que realizam a maior parte dos trabalhos que envolvem a casa e o cuidado. Já no campo,

enquanto os homens se dedicam prioritariamente à produção para a venda, as mulheres trabalham mais no quintal, com pequenos animais e na produção para o autoconsumo — trabalhos fundamentais, porém menos visibilizados.

O fato de o trabalho das mulheres ser menos valorizado socialmente não significa que ele seja menos importante. Pelo contrário, **quando colocamos a sustentabilidade da vida no centro, vemos que esse trabalho é fundamental para que a sociedade como um todo funcione**, dia após dia.

A divisão sexual e racial do trabalho não pode ser separada das relações de classe. No Brasil, isso é evidente na chamada **bipolarização do emprego feminino**: enquanto um pequeno número de mulheres ocupa empregos de maior prestígio, grande parte das mulheres — em sua maioria negras — encontra-se em empregos com menor remuneração e menos direitos, como o telemarketing e o trabalho doméstico.

Trabalho doméstico e de cuidado

O debate sobre o trabalho doméstico vem desde os anos 1970 e é central na economia feminista. Mais recentemente, a discussão sobre o cuidado ganhou força, especialmente diante do envelhecimento da população e da ausência de serviços públicos. Durante a pandemia de covid-19, o cuidado ganhou destaque nos debates públicos, mas isso não se traduziu em políticas efetivas capazes de alterar a organização do cuidado. Em 2024 e 2025, aconteceram avanços em relação a esses temas na consolidação da Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069/2024) e seu instrumento, o Plano “Brasil que Cuida” (Decreto nº 12.562/2025).

Para a economia feminista, o cuidado é considerado um trabalho. Ele abrange atividades materiais e relações voltadas a atender necessidades físicas, afetivas e de bem-estar. Optamos por falar em **trabalho doméstico e de cuidado** para não desvincular o cuidado de suas pré-condições, como limpar a casa, preparar alimentos, lavar roupas, pois sabemos que essas e outras tarefas fazem parte do cuidado.

Um ponto é fundamental: **todas as pessoas precisam de cuidado ao longo de toda a vida**, não apenas crianças, idosos ou pessoas doentes. A “autonomia” dos adultos só é possível porque outras pessoas — mulheres trabalhadoras — executam os trabalhos necessários para a manutenção da vida. A economia feminista chama isso de **interdependência**: somos todos dependentes uns dos outros; e lembra que também somos **ecodependentes**, isto é, precisamos da natureza para sobreviver, porque somos também parte dela.

Quem se beneficia do trabalho doméstico e de cuidado? Todas as pessoas, a economia como um todo, e especialmente as empresas e os patrões, porque é o trabalho não pago e não valorizado das mulheres que garante que as trabalhadoras e os trabalhadores estejam disponíveis para o mercado. No entanto, a responsabilidade por esse trabalho recai, na maior parte das vezes,



sobre as mulheres. No Brasil, são principalmente as mulheres negras que têm no trabalho doméstico e de cuidado sua fonte de renda, em condições de baixa remuneração e poucos direitos.

Colocar a sustentabilidade da vida no centro não significa negar o trabalho doméstico, mas reivindicar sua **valorização social e redistribuição** — com os homens e com o Estado. Essa perspectiva nos permite questionar a centralidade do mercado e pensar propostas que desloquem as preocupações do lucro para a vida.

Os tempos das mulheres

O tempo do trabalho doméstico e de cuidado marca a vida das mulheres. Ele exige uma disponibilidade permanente a serviço dos outros. Essa discussão nos leva a pensar sobre a própria noção de tempo na nossa sociedade.

A forma como entendemos e vivemos o tempo não é natural, mas uma construção social. Na sociedade capitalista, predomina o **tempo do relógio**: medido em horas, minutos, segundos, e sempre vinculado ao dinheiro e à produção. Esse tempo disciplina a força de trabalho. Mas não podemos esquecer que ele coexiste com outras lógicas temporais, como o tempo das relações e dos cuidados, ou os ritmos da natureza.

O tempo do cuidado não é linear. Ele acompanha as necessidades humanas, tem ritmos próprios e envolve desgastes que a forma dominante de medir o tempo procura esconder. Nas sociedades capitalistas, o ritmo do trabalho remunerado se impõe sobre os cuidados, e coordenar esses diferentes tempos segue sendo um problema sobretudo para as mulheres.

Muitas vezes dizemos que as mulheres têm dupla ou tripla jornada. Mas quando observamos de perto, o que vemos é uma **sobreposição de tempos e tarefas**: uma jornada ao mesmo tempo extensa e intensa, com impactos sobre a saúde, o corpo e a qualidade de vida das mulheres. Na Marcha Mundial das Mulheres, questionamos que o tempo e o trabalho das mulheres têm sido usados pelas políticas neoliberais como variável de ajuste. Mas o que isso significa?

As pesquisas de usos do tempo, realizadas em 18 países da América Latina, mostram uma constante: em todos os lugares, há uma enorme distância entre homens e mulheres na realização do trabalho doméstico e de cuidado. Essas pesquisas são ferramentas importantes para visibilizar as desigualdades, mas economistas feministas apontam que, por serem quantitativas (mais focadas na objetividade e nos dados numéricos), elas não dão conta de captar as dimensões subjetivas e emocionais que a responsabilização por esse trabalho implica.

Toda essa reflexão nos ajuda a entender as dinâmicas patriarcais e racistas do neoliberalismo. Quando questionamos os cortes em saúde e educação, a privatização dos serviços, os baixos salários e os preços altíssimos de tudo que é básico para a vida, estamos questionando um sistema que usa o tempo e o trabalho das mulheres como variável de ajuste.

Caminhos para seguir

A reflexão sobre tempos e trabalhos a partir da economia feminista nos dá ferramentas para nomear o que vivemos no cotidiano e para construir propostas de transformação. Compreender a divisão sexual e racial do trabalho, visibilizar o trabalho doméstico e de cuidado, e questionar a lógica dominante dos tempos são passos essenciais para enfrentar as desigualdades que estruturam a vida das mulheres. Para saber como essas questões se conectam com a agenda política feminista e as lutas para transformação da economia, sugerimos ler os próximos textos deste caderno.



Foto: Noelly Castro



Foto: Noelly Castro

Economia feminista na agenda política: a construção de lutas para enfrentar o conflito capital-vida

As bases da nossa resistência

A economia vai muito além do comércio e do mercado. Ela combina processos e relações que garantem o necessário para que a vida como conhecemos exista. O sistema econômico capitalista, patriarcal e racista oculta os vínculos entre esses processos e desconsidera todo o trabalho — remunerado ou não — que garante a sustentabilidade da vida. Para esse sistema, existe uma separação entre o trabalho reprodutivo (como: cozinhar, limpar e cuidar de alguém) e o trabalho produtivo (como: produzir alimentos em grande escala, entregar refeições por aplicativo de celular, trabalhar na indústria metalúrgica). O trabalho chamado de reprodutivo é feito principalmente pelas mulheres. Por conta disso, elas são consideradas disponíveis aos homens e ao sistema pelo controle de seus corpos e de seu trabalho.

A expansão do capital sobre os territórios expressa que **capitalismo, racismo e patriarcado formam um modelo entrelaçado, de múltiplas dominações**. Quando as empresas se apropriam da natureza, por exemplo, impedem o acesso das mulheres aos bens comuns. Essa é uma maneira violenta e racista de as empresas atacarem territórios quilombolas, indígenas e de comunidades tradicionais para a exploração do trabalho.

Resistindo a isso, o feminismo antissistêmico, isto é, que quer transformar esse sistema, enfrenta a LGBTfobia e o racismo para construir um projeto de sociedade baseado na justiça, na igualdade e na solidariedade. Para isso, a força da organização dos povos é fundamental.

Quando dizemos “não” à dominação neoliberal e imperialista, abrimos caminho para a construção de propostas baseadas em princípios como a harmonia com a natureza, a solidariedade, a coletividade, a complementariedade e a redistribuição.



“ A presença massiva das mulheres nas lutas populares, a visibilidade e a força da agenda feminista são marcas do período recente das resistências e mobilizações em todo o continente. Nas lutas feministas por justiça, igualdade e liberdade, as exigências de fim do patriarcado, do racismo e do capitalismo são imbricadas a partir de uma visão crítica do **colonialismo** e da **heteronormatividade**.

A ofensiva neoliberal que enfrentamos hoje em todo o continente é uma reação a um período de mudanças e à ampliação de direitos. É uma ofensiva extremamente violenta, que ataca os corpos, os territórios e as condições de produção do viver. Ataca, ao mesmo tempo, a democracia e dá um novo impulso aos processos de espoliação, mercantilização e militarização. O resultado é a ampliação do alcance do controle e domínio das elites detentoras do poder econômico sobre a vida dos povos. Essa ofensiva coloca para os movimentos sociais e forças políticas da esquerda em geral, e anticapitalistas, em particular, o desafio de construir outro patamar de rearticulação, processos organizativos, ações e lutas concretas.

A Marcha Mundial das Mulheres é ativa nesses processos de construção de alianças e lutas comuns. A luta contra o **neoliberalismo** é central em nossa agenda, e combina a resistência ao poder das empresas transnacionais, às políticas de ajuste, à militarização e aos acordos de livre comércio. Esses enfrentamentos são indissociáveis da luta pela democracia, autodeterminação, integração e soberania dos povos. Todas essas são lutas feministas.”

Trecho de *Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida* (SOF, 2018).

Heteronormatividade: imposição da heterossexualidade como única forma de existir, se relacionar e viver a sexualidade. Segundo essa norma, a relação entre homem e mulher é o padrão universal e a base da família, que também é vista como obrigatória. Dentro dessa estrutura, naturaliza-se a divisão sexual e racial do trabalho e o controle sobre os corpos e a sexualidade das mulheres e pessoas LGBT+. Enfrentar a heteronormatividade significa defender a autonomia sobre o corpo e a sexualidade como eixo da luta feminista, garantindo que todos os espaços de organização sejam livres de violência e exclusão.

Neoliberalismo: forma como o capitalismo se reorganizou a partir dos anos 1990, com efeitos da globalização e de sua expansão após a queda do Muro de Berlim, em 1989. O neoliberalismo aprofunda desigualdades, desmonta políticas públicas e intensifica a exploração do trabalho e da natureza nos países do Sul Global. O neoliberalismo se atualiza e, atualmente, é um sistema cada vez mais dominado pelo capital financeiro, que se alimenta abertamente do autoritarismo, do conservadorismo e dos ataques à democracia ao redor do mundo, inclusive promovendo guerras, genocídios e conflitos armados.

Colonialismo: sistema de dominação que existe no Brasil desde a invasão e a escravização de povos indígenas e povos negros sequestrados do continente africano. Esse sistema organiza quem tem acesso à terra, quem controla os recursos naturais e quem decide o que é produzido e para quem. O colonialismo não é só “coisa do passado”, mas se atualiza diariamente nas mãos das empresas transnacionais, nas guerras e genocídios, no controle dos territórios e dos sistemas alimentares dos povos, assim como nas políticas migratórias que decidem quais vidas podem circular livremente. Enfrentar o colonialismo é parte da mesma luta contra o capitalismo racista e patriarcal.

O conflito entre o capital e a vida se agudiza

O feminismo revela que as pessoas necessitam de uma enorme quantidade de trabalho, energia e cuidado ao longo de toda a vida. Somos **interdependentes** como pessoas e **ecodependentes** em nossa relação com a natureza.

O conflito entre o capital e a vida ataca as relações, processos e trabalhos que sustentam a vida a cada dia — trabalhos que, em sua maioria, estão sob responsabilidade das mulheres. Esses ataques generalizam a precariedade e tornam algumas vidas descartáveis para esse sistema.

No Brasil, os exemplos são muitos: a privatização de serviços públicos, como a saúde, os ataques à aposentadoria e o empobrecimento das pessoas idosas ampliam as necessidades de cuidado a serem satisfeitas pelas mulheres nas famílias. Junto a isso, o genocídio da juventude negra e periférica, a guerra às drogas (que é uma guerra aos pobres), o tráfico de pessoas, a exploração sexual, a violência contra a população LGBTQ+ e os feminicídios compõem o caráter extremamente violento deste momento histórico. No mundo, se aprofundam as guerras, os genocídios e conflitos armados, o imperialismo, a discriminação e a violência colonialista, e a ofensiva das grandes empresas transnacionais nos territórios.

A onda conservadora delinea uma reação patriarcal contra o corpo e a vida das mulheres, reforçando o ataque à soberania dos povos. Ao questionar a violência como instrumento estruturante desse modelo, o feminismo anticapitalista e antirracista questiona, ao mesmo tempo, a violência do capital e do Estado sobre a população pobre, negra e indígena. Para compreender essa dinâmica sistêmica do conflito, não podemos reduzir nem fragmentar nossas análises.

A centralidade do trabalho na garantia das condições de vida

Na reflexão feminista, o trabalho não se reduz ao emprego, e a exploração não se mede apenas pelo salário. O trabalho é entendido como o conjunto das tarefas necessárias para a produção do viver.

A divisão sexual e racial do trabalho separa e cria hierarquias entre o trabalho realizado pelas mulheres e pelos homens. Essa separação e hierarquia também existe entre pessoas negras e brancas, porque as relações de raça e classe operam desigualdades entre as próprias mulheres: algumas podem delegar o trabalho doméstico para outras, muitas vezes mal remuneradas e sem direitos trabalhistas. **Quando o feminismo não é antipatriarcal, antirracista e anticapitalista, suas reivindicações podem se tornar individualistas, invisibilizando a maioria das mulheres.**

O que vemos hoje é uma disputa política para que a precariedade pareça, cada vez mais, algo “usual”. A realidade do trabalho precário vivida há tempos

pelas mulheres e pela população negra se torna a norma. Jornadas superextensas, ausência de direitos, trabalho em domicílio sem proteção. Por isso, dizemos que reivindicações como o fim da **escala 6x1** são lutas feministas. Na ausência do compartilhamento do cuidado com os homens e com o Estado, o trabalho doméstico, realizado em sua maioria por mulheres pobres e negras, segue a mesma lógica de exploração.

A cooptação dos discursos de luta

Cada vez mais, vemos o mercado e suas empresas usando elementos dos discursos das lutas coletivas como parte de suas estratégias de marketing. Suas versões dos discursos feministas são, porém, fragmentadas, esvaziando a radicalidade de nossos conteúdos e o sentido coletivo e transformador das lutas.

O discurso da sustentabilidade, por exemplo, foi apropriado pelo mesmo mercado que destrói a natureza. A mercantilização e financeirização da natureza fazem parte do processo de acumulação de capital, gerando mais pobreza, concentração de terras, controle e violência.

Esconder o trabalho das mulheres é um processo permanente e ativo. Esse processo acontece, por um lado, pelo reforço de ideologias conservadoras sobre a feminilidade e a maternidade. Por outro lado, vende-se a ideia de que as mulheres podem “dar conta de tudo”, ou seja, conciliar “suas” responsabilidades com a família com o trabalho remunerado, cuidando dos outros e de sua aparência.

Essa combinação gera mais pressão sobre as mulheres e sustenta as bases materiais das desigualdades. Por isso, questionamos discursos ditos feministas que reforçam o individualismo e a meritocracia, e que negam a interdependência e a **ecodependência**.

O feminismo luta para o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidado e, mais ainda, para reorganizá-lo. Isso significa **redistribuir esse trabalho entre todas as pessoas, ou seja, com os homens e o Estado, através de políticas públicas**. Essa transformação propõe colocar a vida no centro do funcionamento da economia, e não o lucro.

Tecnologia como campo de disputa

As tecnologias digitais permeiam cada vez mais nossas vidas. Com elas, a mercantilização se expande para além do que parecia possível. Hoje, o lucro das grandes empresas de tecnologia vem da nossa vida: das nossas relações, das buscas, das mensagens, dos deslocamentos. Os rastros que deixamos se tornam dados valiosos para as empresas. A vigilância massiva é a regra, e altera as diversas relações que cultivamos, inclusive as de trabalho. Assim, o

O trabalho sem direitos e as jornadas superextensas são a realidade das pontas das cadeias globais de produção, organizadas pelas empresas transnacionais. Elas deslocam a produção para onde consideram poder gastar menos, ou seja, lucrar mais. Os acordos de investimento e de livre comércio buscam proteger esses lucros em detrimento da garantia da vida e dos direitos das pessoas.

A economia feminista chama a atenção para a **interdependência**, ou seja, o fato de que somos todos dependentes uns dos outros, e lembra que também somos **ecodependentes**, isto é, precisamos da natureza para sobreviver, porque somos também parte dela.

controle de corpos e comportamentos se alia à precarização do trabalho e à vulnerabilidade diante de violências em ambiente virtual.

A discussão sobre as tecnologias participa diretamente das movimentações do conflito do capital contra a vida. Por isso, é preciso fazer esse debate conectando-o sempre à percepção das condições concretas de vida, bem como às possibilidades de construção de alternativas. A agricultura camponesa e agroecológica prova que os povos e as mulheres fazem disputas tecnológicas diariamente. A luta por soberania digital e tecnológica deve ser a mesma que a pela soberania alimentar, energética e popular.

Caminhos para seguir

As experiências políticas e econômicas construídas pelas mulheres em todo o continente são parte essencial do nosso acúmulo. Na construção cotidiana da auto-organização, da agroecologia, da economia feminista e solidária, as mulheres expandem as fronteiras do possível, enfrentam as contradições e apontam caminhos de mudança. Não existem respostas prontas. Apostamos que as práticas apontam os caminhos, os limites e as contradições que devem ser enfrentadas. A luta contra o neoliberalismo é indissociável da luta pela democracia, pela soberania dos povos e por uma sociedade em que a vida esteja no centro.



Foto: Noelly Castro

Este texto é uma adaptação da introdução à publicação *Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida* (SOF, 2018).

Agroecologia e economia solidária

Neste texto, abordamos duas práticas concretas que combinam pensamento e ação e são construídas no cotidiano por mulheres organizadas em movimentos sociais: a **agroecologia** e a **economia solidária**. Nelas, a transformação das relações, para que sejam justas, igualitárias e equilibradas entre as pessoas e a natureza, já acontece (afinal de contas, somos parte da natureza), e ganha ainda mais força quando atravessada pelo feminismo.

O que é agroecologia?

A agroecologia é uma ciência, prática e movimento que apresenta alternativas para o enfrentamento da ação concreta das grandes empresas (transnacionais) sobre os territórios e a vida das pessoas e comunidades. A agroecologia propõe formas justas de produção, distribuição, gestão e preparo de alimentos, conhecimentos que estão diretamente ligados aos saberes e ao manejo sustentável da terra e do território por camponeses, povos indígenas, quilombolas, caiçaras e demais comunidades tradicionais.

Ao estudarmos e compreendermos os modos como se dão a agricultura e a criação de animais em determinado ambiente, lugar ou território, podemos compreender tudo o que nele habita. É interessante notar que esse sentido já está presente na palavra “agroecológico”, que vem do latim, e desmembrada significa:

AGRO = agricultura | **ECO** = lugar/casa/ambiente | **LÓGICO** = estudo

Na agroecologia, entendemos que a natureza é cíclica: cada resíduo de um processo vira matéria-prima de outro, num ritmo que se ajustou ao longo de milhares de anos. Bens comuns, como a água, podem chegar ao limite quando são contaminados ou usados em excesso. Espécies animais e vegetais são extintas pela exploração desequilibrada. A saúde das plantas depende do equilíbrio do solo.

A agroecologia valoriza os saberes que nos ensinam como fazer agricultura em processos integrados à natureza. Ela observa, por exemplo, que as plantas interagem entre si: há plantas companheiras que ajudam umas às outras, e há plantas que inibem o crescimento das demais. Esse tipo de conhecimento não vem apenas de estudos científicos, mas também, e

principalmente, de pessoas que integram comunidades tradicionais. Por esse motivo, afirmamos que as comunidades tradicionais são as detentoras desses saberes, pois elas percebem mais profundamente o que acontece em seus territórios através de processos de observação, ensaio, tentativa e erro e conhecimentos que são transmitidos em sua cultura entre gerações. É também por isso que as regiões onde elas habitam são as que concentram maior **sociobiodiversidade**.

Sociobiodiversidade

é a relação entre o conhecimento das culturas humanas — especialmente de comunidades tradicionais, como camponesas, indígenas, quilombolas e caiçaras — e a biodiversidade do meio ambiente onde vivem. As regiões com maior biodiversidade são justamente aquelas onde vivem essas populações.

Muitas camponesas, quilombolas e mulheres assentadas pensam no que e como produzir a partir do que gostam de comer e do que produz melhor no território onde vivem. Esses conhecimentos e tradições, que foram sendo trabalhados ao longo de gerações, também fazem parte da transição agroecológica.

Podemos dizer, então, que a transição agroecológica envolve:

- a produção do que é necessário para o consumo;
- trocas e vendas mais diretas entre produtores e consumidores com foco na estabilidade ao longo de gerações;
- a seleção de sementes, feita pelas próprias agricultoras, que produzem melhores resultados que sementes compradas por serem adaptadas ao local;
- a fertilidade do solo, que pode ser cultivada com compostos feitos de resíduos locais.

Até aqui, entendemos que a agroecologia é um processo de transição que tem como horizonte alcançar sistemas equilibrados e, por isso, sustentáveis. Mas é importante entender que o equilíbrio não se completa numa só unidade de produção: a contaminação por agrotóxicos e transgênicos ameaça todos os que estão no entorno. Outro fator são as mudanças climáticas causadas pela queima de combustíveis fósseis e desmatamento, que causam secas, chuvas em excesso e mudanças nos ciclos das plantas e animais, dificultando a produção dos alimentos. No Brasil, o desmatamento realizado para a pastagem de gados para o agronegócio é a maior fonte de gases de efeito estufa.

Em contrapartida ao agronegócio, a agroecologia realiza o rematamento como processo de transição. Por isso, a luta pela terra, por reforma agrária popular, pela preservação dos territórios tradicionais e por uma reforma urbana que pense a agricultura nas cidades também são parte da luta agroecológica.

Agroecologia e feminismo

O conhecimento na agroecologia é uma construção coletiva, feita por intercâmbios e diálogos de saberes. E, nesse processo, as mulheres têm protagonismo especial: tradicionalmente, são elas que selecionam, guardam e

trocam as sementes. E os quintais das agricultoras — onde combinam horta, pomar, criação de animais, plantas medicinais e comestíveis — são espaços de enorme diversidade e experimentação.

A agroecologia oferece boas bases para construir a igualdade entre mulheres e homens, pois permite diferentes usos do espaço e do tempo para realizar de forma combinada atividades produtivas e reprodutivas. Porém, no movimento agroecológico, essa igualdade nem sempre está dada. As mulheres precisam reivindicar seu protagonismo político.

As agricultoras agroecológicas lidam com conflitos dentro das famílias e comunidades, e buscam equilibrar a produção para autoconsumo e para venda, entendendo que o acesso à renda monetária é essencial para sua autonomia. Seu cálculo econômico é sofisticado: consideram como retorno não apenas o dinheiro, mas também a saúde da família e da comunidade em sua volta. Elas valorizam os quintais, mas não querem se restringir a eles, querem também propor outras formas de manejo para o território.

A luta pela **soberania alimentar** articula muitas frentes: acesso à terra, à água, às sementes, e a afirmação de formas camponesas de organizar a produção e a vida. Como feministas, nos inserimos nesse processo pela participação das mulheres agricultoras que lutam por autonomia, e por entender as semelhanças entre a industrialização da agricultura e o controle sobre os corpos das mulheres.

A relação entre a agroecologia e a auto-organização das mulheres se dá em processos concretos no Brasil, como no **Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)** e na **Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turvo (RAMA)**, no Vale do Ribeira, São Paulo, entre muitos outros.

O **GT de mulheres da ANA** é um espaço de auto-organização das mulheres no movimento agroecológico que há 22 anos luta pelo reconhecimento, valorização e viabilização da participação das mulheres na construção da agroecologia no Brasil, afirmando o feminismo e o enfrentamento ao racismo como centrais para uma sociedade mais justa e igualitária. Conheça: [instagram.com/gtmulheresdaana](https://www.instagram.com/gtmulheresdaana)

A **RAMA** é uma rede de mulheres agricultoras familiares e quilombolas da Barra do Turvo, no Vale do Ribeira (SP), que se organiza para fortalecer a autonomia pessoal e coletiva das mulheres, as práticas agroecológicas, a comercialização solidária e a defesa dos territórios e modos de vida das comunidades locais e tradicionais. A **Esparrama** é a rede de grupos de consumo responsável por comercializar os produtos da RAMA. Juntas, essas duas redes organizam a comercialização solidária de produtos agroecológicos e artesanais em áreas urbanas e rurais de São Paulo. Conheça: www.instagram.com/espar.rama

A **soberania alimentar** é um direito dos povos!

Lutar por soberania alimentar é lutar por terra e alimento saudável, por trabalho digno e pelo fim da exploração, do agronegócio e do latifúndio. As mulheres são as principais responsáveis pela produção e preparo de alimentos, e acumulam esses saberes há muito tempo. Lutar por soberania alimentar é, também, lutar pelo reconhecimento do trabalho das mulheres agricultoras e pela reorganização do trabalho doméstico, de cuidados e de preparo de alimentos.



Fotos: Marília Santana

Práticas com base na economia feminista, combinadas à agroecologia, criam condições reais de modificar as relações, alterando a divisão sexual e racial do trabalho. Elas valorizam e reconhecem as atividades produtivas e reprodutivas das mulheres, povos e culturas, e, mais do que isso, buscam o compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidado. Por isso afirmamos que “sem feminismo não há agroecologia”.

O que é economia solidária?

A economia solidária é uma forma de organizar as relações econômicas diferente da ordem capitalista, que é movida pela busca do lucro e pela concorrência. Existem outras lógicas que organizam a economia, seja nas casas, nos serviços públicos ou nas comunidades. A **reciprocidade e a solidariedade**, por exemplo, são lógicas de organização econômica presentes em muitas comunidades.

Para que essas formas alternativas superem as injustiças de classe, raça e gênero, é preciso que as pessoas envolvidas estejam comprometidas com isso. Essa é a proposta da economia solidária. O que caracteriza a economia solidária é a **autogestão**, isto é, a propriedade ou a posse coletiva dos meios de produção, a definição coletiva das normas, a transparência e a participação democrática. A economia solidária não é complementar ao capitalismo, ela é contra-hegemônica, ou seja, questiona e busca transformar a ordem dominante.

A autogestão também pode ser fortalecida no diálogo com o feminismo, estabelecendo acordos que fortaleçam as mulheres como sujeitos por inteiro. Além da possibilidade de colocar como centro das relações a **sustentabilidade da vida**, ao politizar todos os trabalhos e ações que garantem que a vida aconteça.

O campo da economia solidária envolve diversos tipos de atividades:

- atividades de produção: cooperativas da agricultura familiar, fábricas recuperadas por trabalhadores, cooperativas de costura;
- atividades de serviços: restaurantes populares, cooperativas de cuidadoras, reciclagem;
- atividades de financiamento: cooperativas de crédito, fundos rotativos, moedas solidárias;
- atividades de comercialização: feiras de economia solidária.

No caso da economia solidária, temos as experiências da **Associação de Mulheres da Economia Solidária de São Paulo (AMESOL)** e da **Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária** no Rio Grande do Norte.

A **AMESOL** é composta por empreendimentos de economia solidária de mulheres das cidades do estado de São Paulo e contribui para apoiar mulheres no processo de autonomia pessoal e coletiva a partir da comercialização solidária e da produção coletiva em rede com base na economia feminista. As integrantes da AMESOL também atuam em articulação com outras organizações em processos de participação social, como em conferências, congressos e intercâmbios no tema da economia solidária. Instagram: [@amesol.feminista](https://www.instagram.com/amesol.feminista)

A **Rede Xique-Xique** é uma cooperativa de mulheres agricultoras de Mossoró, no Rio Grande do Norte, que se organizam para fortalecer a autonomia pessoal e coletiva das mulheres, as práticas e a produção agroecológica, a comercialização solidária e a defesa dos territórios. A produção agroecológica certificada, a formação em agroecologia, a participação social, a transformação das mulheres pela mobilização política e a geração de renda são marcantes na trajetória da rede. Site: redexiquexique.resf.com.br | Instagram: [@redexiquexique](https://www.instagram.com/redexiquexique)



Fotos: Acervo SOF

Mulheres na economia solidária

As mulheres são maioria nos empreendimentos de economia solidária (EES), mas nem sempre estão visíveis. Os grupos com maior participação feminina tendem a ser menores, informais e intermitentes, por causa das tensões que as mulheres enfrentam para conciliar o trabalho doméstico e de cuidado com as atividades remuneradas.

Mas as mulheres avaliam sua participação nos grupos não apenas pelo retorno financeiro. Elas valorizam o aprendizado, a convivência e a possibilidade de falar sobre temas como a violência contra as mulheres e a saúde reprodutiva. Em geral, se sentem mais fortes, valorizadas e com autoestima elevada.

A economia solidária tensiona hierarquias entre mulheres e homens quando, em diálogo com a economia feminista, busca **superar a divisão sexual e racial do trabalho e fortalecer a autonomia das mulheres**. Essa é uma escolha política e prática que as pessoas envolvidas na construção da economia solidária podem ter. Basear as ações da economia solidária na economia feminista nos ajuda a propor alguns questionamentos importantes, por exemplo: ao pensar a divisão de tarefas em um empreendimento de economia solidária, a atividade remunerada das mulheres é tratada como prioridade ou apenas como complemento ao papel de mãe e esposa? Nesse empreendimento, as mulheres são mobilizadas a realizar tarefas de vários tipos ou apenas ligadas às atividades de trabalho doméstico e de cuidados? Com quais mulheres esses trabalhos normalmente são divididos?

Com essas perguntas, não queremos dizer que existe um papel mais ou menos importante em um empreendimento. Na verdade, a economia feminista propõe a valorização de todos os tipos de trabalho e a reorganização deles, para que sejam responsabilidade de todas as pessoas. Infelizmente, a divisão sexual e racial do trabalho também se reproduz na economia solidária, já que são poucos os empreendimentos que organizam, por exemplo, atividades

para as crianças como parte do seu funcionamento. Também faz parte desse desafio incluir o repúdio à violência contra as mulheres como parte dos acordos coletivos. Existem assentamentos e redes de produtores nos quais já foi possível adotar ações concretas de rechaço à violência, que podem chegar até à suspensão ou à expulsão de agressores.

Uma **autogestão feminista implica compartilhar o poder de forma horizontal, tomar decisões por consenso, reconhecer que todas as funções são igualmente importantes, circular informações e conciliar eficácia com bem-estar**. Esses princípios podem inspirar a formulação de políticas públicas que pretendem tensionar a divisão sexual e racial do trabalho, como a Política Nacional de Cuidados. O potencial da economia solidária em articular redes nos territórios, identificando as necessidades concretas e os saberes locais, combinada com a autogestão feminista, pretende fortalecer e garantir o caráter público do Estado. Isso significa combinar ações comunitárias, sem substituir as ações e a responsabilidade do Estado de garantir estruturas e serviços públicos para a população como um todo. Chamamos isso de **alianças público-comunitárias**.

Além das experiências locais, a economia solidária feminista também se articula como um espaço de convergência e articulação política do fazer produtivo das mulheres. A **Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF)** é um exemplo disso ao articular metodologias vivas de autogestão dos empreendimentos das mulheres em redes locais para formar uma rede nacional.

Tanto a agroecologia quanto a economia solidária, contribuem para a luta feminista e vice-versa, porque, em aliança, as mulheres constroem práticas de transformação concretas. Elas mostram que é possível organizar a economia de outras formas, com autogestão, solidariedade, respeito à natureza e à igualdade entre as pessoas. A construção de sujeitos políticos, a auto-organização das mulheres e a disputa por políticas públicas que apoiem essas experiências são caminhos fundamentais.

A **RESF** é uma articulação entre diferentes redes locais, regionais e nacionais de economia solidária e atua com formação, incidência política, participação social e mobilização de mulheres com base na economia feminista.

Site:
portal.resf.com.br

Instagram:
[@resfnacional](https://www.instagram.com/resfnacional)



[Economia feminista](#)



[Finanças feministas](#)

Para continuar a conversa sobre a relação entre agroecologia, economia solidária e economia feminista

Vídeo: [Economia feminista: aprendendo com as agricultoras \(SOF\)](#)

Caderno: [Finanças feministas: Diagnóstico sobre as necessidades e os desafios do financiamento da economia solidária feminista](#) (organizado por Maria Palomares Arenas Cabral)

Estado e políticas públicas

O Estado que conhecemos

O Estado é a instituição que centraliza a organização e a distribuição dos bens na sociedade. Essas ações são resultado de uma **disputa política diária**. Ainda que, muitas vezes, essa disputa apareça com mais evidência para nós nos momentos eleitorais, ela é feita permanentemente, e faz parte da estrutura e da dinâmica do Estado e suas políticas.

O Estado como conhecemos hoje se baseia numa ideologia que tenta separar a política econômica, de um lado, e a disputa cultural e de comportamentos de outro. Mas nossa perspectiva feminista vai por outro caminho: **a política econômica, as políticas sociais, a ideologia dominante e a cultura existem em conexão**. Os valores patriarcais, racistas e conservadores atuam diretamente na manutenção econômica do capitalismo, por exemplo.

Se você parar para observar, em todos os campos da vida, por mecanismos diferentes, o Estado impõe um controle social, seja através da legislação, da polícia, da justiça ou mesmo do currículo escolar. Todos esses elementos são profundamente marcados por estruturas patriarcais, racistas e capitalistas.

Neoliberalismo e privatização da vida

O Estado que conhecemos hoje, no Brasil e em muitas partes do mundo, segue uma **política neoliberal**. Um dos elementos centrais dessa política é o ataque à função pública do Estado. Isso significa que o neoliberalismo busca reduzir ao máximo os gastos com políticas sociais para que grupos empresariais e alguns políticos dominantes possam fortalecer seus interesses particulares e beneficiar o acúmulo de capital privado. Também tratamos desse assunto no texto “**Economia feminista na agenda política: a construção de lutas para enfrentar o conflito capital-vida**” deste caderno.

Política neoliberal ou neoliberalismo: forma como o capitalismo se reorganizou a partir dos anos 1990, com efeitos da globalização e de sua expansão após a queda do Muro de Berlim, em 1989. O neoliberalismo aprofunda desigualdades, desmonta políticas públicas e intensifica a exploração do trabalho e da natureza nos países do Sul Global. O neoliberalismo se atualiza e, atualmente, é um sistema cada vez mais dominado pelo capital financeiro, que se alimenta abertamente do autoritarismo, do conservadorismo e dos ataques à democracia ao redor do mundo, inclusive promovendo guerras, genocídios e conflitos armados.

Ideologia dominante é o conjunto de ideias e valores mais fortes de uma sociedade. Na nossa sociedade, a ideologia dominante é a capitalista. Essa ideologia tenta fazer as relações de poder parecerem naturais, comuns. Ela invisibiliza a exploração e a opressão vivida pela classe trabalhadora e busca moldar consciências, práticas sociais e instituições para sustentar a dominação que também é patriarcal e racista.

Os avanços em políticas sociais e direitos só são possíveis com a pressão popular e com a organização de propostas vindas dos movimentos sociais. Sem a mobilização popular, os Estados neoliberais têm ainda mais força para cortar direitos e serviços. Vimos isso nas reformas da previdência em diversos países e, no Brasil, isso ficou nítido durante o governo golpista de Temer.

As mulheres precisam de um conjunto de políticas para transformar a realidade de exclusões, discriminações e desigualdades que fazem parte de todos os contextos sociais, inclusive em relação à sua sobrecarga de trabalho. Setores conservadores negam a importância dessas políticas porque consideram o trabalho doméstico e de cuidado como “natural” das mulheres, como se ele fosse um “dom” ou apenas uma forma de expressar amor e carinho, e que deve ser exercido para a manutenção da estrutura familiar. Por isso dizemos que a política neoliberal e as forças conservadoras se ajudam numa mesma perspectiva: se apropriar cada vez mais do trabalho das pessoas, sobrecarregar as mulheres e fazer a manutenção dos papéis de gênero, raça e classe. Esse Estado, marcado pelo neoliberalismo, atua contra o estabelecimento de políticas de distribuição de renda e promoção da igualdade. Desde a sua criação, o neoliberalismo se renova, criando tensões e se impondo de diversas formas, mesmo em governos mais vinculados a um projeto popular. A privatização e a redução de serviços públicos se tornaram uma marca dos nossos tempos.

Estado, mercado e família

O Estado moderno surge com o capitalismo e tem relações profundas com a estrutura familiar nuclear, composta de dois adultos — geralmente um homem e uma mulher — e seus filhos. Essa estrutura desempenha papel fundamental na manutenção de hierarquias sociais e do controle patriarcal. O **discurso “familista” é reivindicado por setores conservadores** que buscam moralizar o Estado e vinculá-lo à agenda de instituições religiosas, diminuindo seu caráter laico.

O **discurso familista** ou a forma de pensar com base no familismo parte do pressuposto de que há uma supremacia na ordem familiar nuclear que deve estar acima das decisões estatais e coletivas. Também compreende que esse núcleo familiar restrito é o primeiro e principal responsável por resolver as demandas de cuidado. Isso reforça uma visão de um tipo de família em que o homem é responsável por sustentar financeiramente a casa, e, portanto, tem o direito de impor ordens às mulheres e crianças. Na prática, quando olhamos para como é composta a família no Brasil, notamos que esse discurso apenas reforça a ideia de que as mulheres devem continuar como únicas cuidadoras e responsáveis pelo trabalho doméstico. Além disso, a separação entre “assuntos de casa” e “assuntos do Estado” contribui para o silêncio da comunidade ou omissão do Estado em políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, por exemplo.

A forma como é organizado o trabalho doméstico e de cuidado hoje, somado à retirada de direitos e à falta de assistência do Estado, aumenta o trabalho das mulheres. As mulheres, responsáveis pelo trabalho de cuidado, estão nas filas das Unidades Básicas de Saúde (UBS), do caminhão-pipa... e evidenciam, assim, que a falta nos serviços públicos estende para o espaço familiar o que deveria ser responsabilidade do Estado.

Repensar a relação entre patriarcado e Estado significa repensar as relações de trabalho — remunerado e não remunerado. A redução da jornada de trabalho é necessária, pois a jornada atual pressupõe a eterna disponibilidade das mulheres para sustentar a vida. Além de reconhecer a desigualdade, é preciso alterar a lógica do orçamento, com iniciativas como a taxação de grandes fortunas e as propostas de orçamento participativo, das quais falaremos adiante. Para o orçamento se tornar mudança concreta e melhoria na vida das mulheres, é preciso fazer uma pressão permanente pela proposição de políticas públicas.

Precisamos, no entanto, tomar cuidado com as armadilhas nesse caminho. Um exemplo: propostas que buscam remunerar as mulheres para que tenham mais tempo para os cuidados dentro de casa, na verdade, podem contribuir para aumentar ainda mais o trabalho realizado por elas e reforçar esse papel como sua tarefa permanente, em vez de transformar a lógica que torna o cuidado uma responsabilidade exclusiva das mulheres.

Lutas por políticas públicas

A participação popular na política é central para a democratização real do Estado. Essa participação deve ampliar cada vez mais a participação popular e coletiva de decisões para a organização da sociedade. Então, **como se manifestar para que o Estado de fato crie políticas a favor da vida das mulheres e da classe trabalhadora?** Temos algumas experiências que apontam caminhos a ser seguidos. Os Orçamentos Participativos, nos quais a população pode votar para definir prioridades do orçamento, são um exemplo. Se olharmos para experiências do passado, lembramos de outro exemplo: a mobilização das mulheres no processo da Constituição de 1988. Naquele momento, a mobilização garantiu o estabelecimento de uma ampla agenda de reivindicações.

A **Marcha das Margaridas** é outro exemplo notável de incidência popular que parte de um amplo processo territorial. Desde os anos 2000, essa ação do movimento sindical de mulheres rurais une formação popular, elaboração coletiva sobre políticas públicas, organização permanente nos territórios e mobilização massiva em Brasília. Suas reivindicações apostam na organização coletiva como meio principal de luta. As propostas elaboradas pelas mulheres pressionam o Estado a apoiar a organização coletiva nos territórios, nos grupos produtivos de agroecologia, nas cooperativas e associações,



Foto: Isadora Mendes

entre outros. Essas reivindicações vão na contramão das políticas sociais que se direcionam aos indivíduos, sem estimular a organização popular.

É importante nos perguntarmos: **como garantir que as mulheres possam ter o atendimento que elas demandam?**

No embate pela ampliação das políticas, nos deparamos com uma falsa dicotomia, ou seja, uma falsa divisão entre “políticas gerais” e “políticas para mulheres”. É preciso ultrapassar essa divisão, pois compreendemos que as políticas sociais podem ser pensadas a partir de uma perspectiva feminista e antirracista. No âmbito federal, as políticas para mulheres não passam só pela existência de um Ministério das Mulheres: devem estar presentes em todas as políticas do governo, sempre considerando as questões de gênero, classe e raça, que não se desassociam.

Alianças público-comunitárias

Os movimentos sociais nos mostram que as mulheres criam alternativas em que o trabalho doméstico e de cuidado é feito de forma coletiva, como nas cozinhas comunitárias e solidárias. Nessas experiências, elas respondem às demandas de combate à fome e constroem relações baseadas na solidariedade.

O Estado deve se inspirar nessas iniciativas autogestionadas (ou seja, organizadas pelo povo e para o povo) para criar políticas em aliança com as comunidades, fomentando uma forma de fazer que já funciona no cotidiano das mulheres. Chamamos isso de **alianças público-comunitárias**. Falamos do potencial da economia solidária nessa parceria no texto **“Agroecologia e economia solidária”** deste caderno.

Essas alianças são muito diferentes das alianças público-privadas (entre Estado e empresas) do neoliberalismo, que dão mais poder e dinheiro para as grandes empresas, retirando a responsabilidade do Estado em alguns setores como a saúde e o transporte. As alianças público-comunitárias nas quais apostamos pretendem fortalecer o caráter público do Estado, que deve ser responsável por garantir direitos e políticas sociais, apoiando redes e iniciativas comunitárias que defendem os direitos coletivos de seus territórios.

Para impedir essas alianças público-comunitárias e a efetiva participação política das mulheres, instituições privadas e políticos conservadores desqualificam os processos coletivos e distributivos que não se alinham ideologicamente com eles. Desse modo, fortalecem uma ideologia pautada pelo individualismo, que impede a organização, a autonomia e transformações.

Caminhos para seguir

Para que possamos caminhar em direção a uma vida justa e democrática, o Estado precisa intervir na **desmercantilização do cotidiano das pessoas**. Isso quer dizer que podemos pensar caminhos para soluções das necessidades concretas das pessoas sem ter a centralidade do mercado capitalista na organização da vida cotidiana.

Quais políticas concretizam o que chamamos de sustentabilidade da vida? Como garantir que as mulheres tenham o atendimento que demandam, com políticas que ultrapassem a punição e caminhem para a organização e a emancipação? Essas são perguntas que precisamos fazer e refazer coletivamente, fortalecendo a mobilização popular como motor de transformação.



Lavanderia Coletiva e Agroecológica Nalu Faria, Assentamento Mulunguzinho, Mossoró (RN) - Centro Feminista 8 de Março.
Fotos: Wigna Ribeiro

Anotações

Realização:



Apoio:

MINISTÉRIO DAS
MULHERES

